



Marcelo Soares

marcelo@lagomdata.com.br

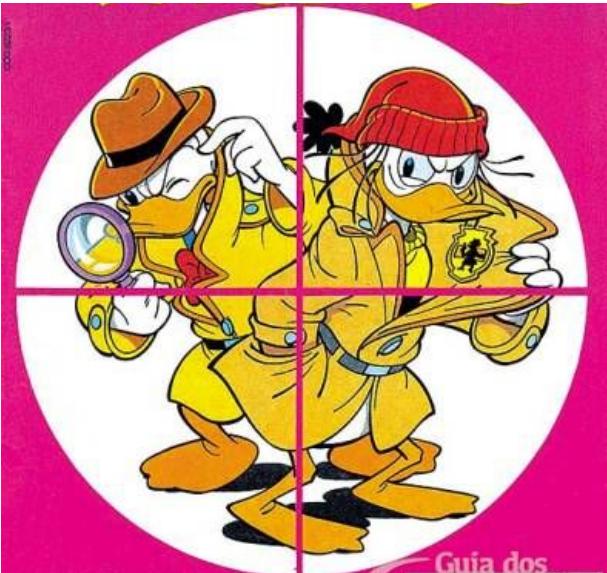


Breve introdução



- 43 anos de idade, 22 fazendo jornalismo de dados
- Fundador da empresa www.laqomdata.com.br
- Membro do ICIJ
- Professor de pós-graduações
- Editor de dados do Brazilian Report
- Primeiro editor de audiência e dados da Folha de S.Paulo, ex-repórter da MTV Brasil e do Los Angeles Times
- Prêmios Esso, Petrobras, INEP, Overseas Press Club of America...
- Mestrando na Unicamp

Como investigar a relação entre poder público e empresas?



poder

OPINIÃO

Marcelo Soares: Patópolis

18/04/2015 0 12h10

f Compartilhar

t

in

e

0

OUVIDO TEXTO

+ Mais opções

Era uma vez uma cidade fictícia chamada Patópolis, que vivia uma forte crise política, com parte da população saindo às ruas para dizer que todos os seus representantes eram uns ratos.

Para responder aos clamores da rua, o Partido da Disneylândia (PD) adotou um discurso que pegava bem: anunciou que deixaria de aceitar dinheiro de empresas, apenas de pessoas físicas. A proibição à doação de empresas é levada a sério como uma bala de prata para a reforma política em Patópolis.

Uma das maiores doadoras de campanhas em Patópolis é a empreiteira Patinhos, cujas obras foram acusadas de superfaturamento no caso PetroPato e no cartel do trailerzão ("ela vem pela montanha, ela vem"). Seus executivos sênior, Tio Patinhos e Pato Donald, chegaram a ser presos.

Veio a eleição daquele ano, e o Partido da Disneylândia recebeu doações milionárias das pessoas físicas Huguinho, Zezinho e Luizinho. Jovens empresários, eles fazem o que quiserem com suas moedas, desde que declarem oficialmente. Tudo dentro da lei.

O que só a junta comercial de Patópolis sabe, porém, é que os três patinhos são sobrinhos do Pato Donald e diretores da Patinhos. O Pateta e o Professor Pardal, eleitores comuns, não têm a obrigação de saber quem trabalha onde.

Contexto do tema



Captura do Estado é bem estudada

Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 324-342, abril-junho/2017

Interesses financeiros e captura do Estado no Brasil

Financial interests and the capture of the State in Brazil

MARCUS IANONI*

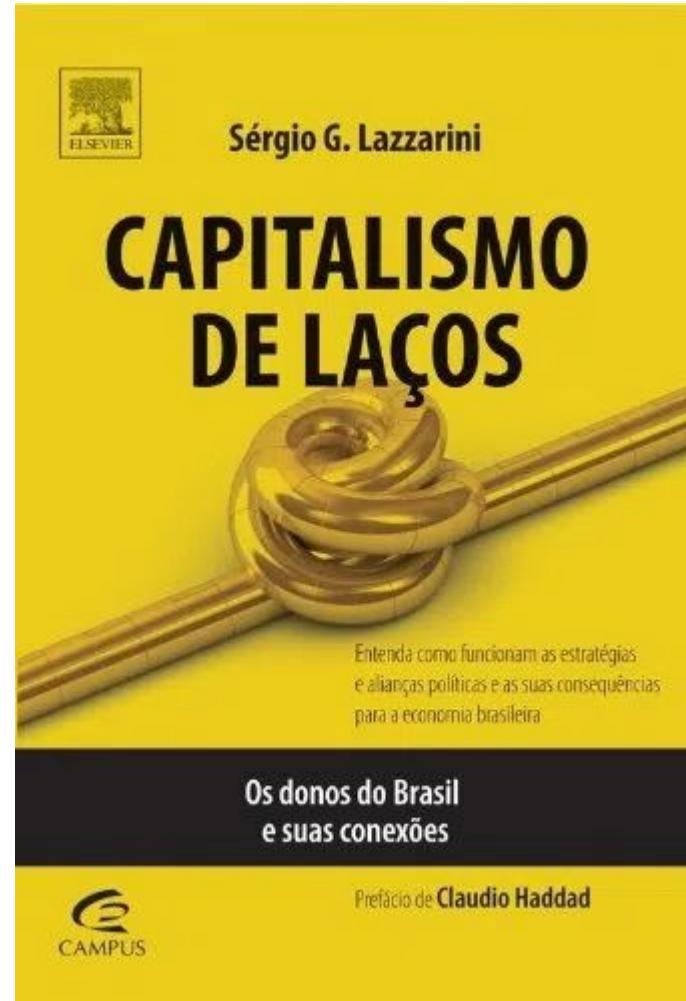
RESUMO: O trabalho explora a avaliação de Bresser-Pereira (2007) de que a política macroeconômica brasileira exprime a captura do Estado por uma coalizão de interesses rentistas e financistas, que também influencia a regulação financeira. Para tanto, analisa duas agências de relacionamento com investidores, do Banco Central e do Tesouro Nacional, e uma agência de promoção de investimentos formada por reguladores e regulados. Argumenta que essas agências estreitam a comunicação e canais de formulação de políticas entre reguladores e regulados; atestam a influência das instituições financeiras nas decisões de políticas públicas; e corporificam convergência de interesses entre investidores financeiros e Estado. Conclui avaliando que a tese da captura da política macroeconômica é plausível e deve ser pesquisada de modo sistêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Interesses financeiros; teoria da captura; relações com investidores; Banco Central; Tesouro Nacional; Best Brazil.



Um olho em outubro, o outro em janeiro

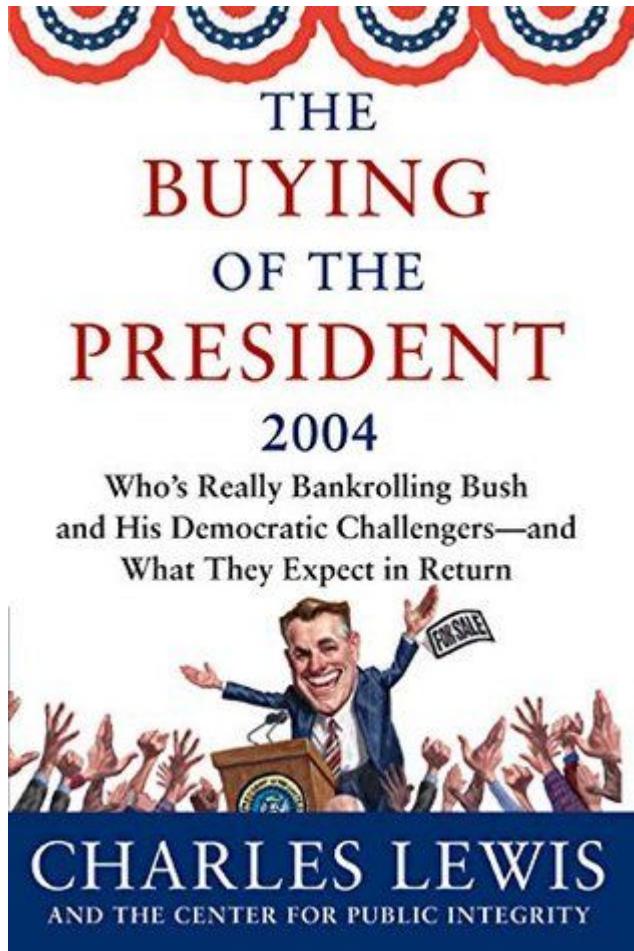
“[O] significado é mais no sentido de relações sociais valiosas: um contato pessoal que é estabelecido para obter algum benefício particular ou, ainda, um gesto de apoio visando algo em troca no futuro. Evidentemente, essas relações recíprocas são favorecidas por laços pessoais fortes.”





Quem realmente banca o mandato e o que pretende?

“O segredinho sujo (...) é que os interesses mais abastados essencialmente fazem um referendo privado no ano que antecede a eleição; candidatos de resto respeitáveis que não coletam somas impressionantes de dinheiro muitas vezes são descartados da disputa como ‘perdedores’ que não conseguem ‘se organizar eficientemente’.”





Quais são os interesses em jogo na cidade?

- Construção
- Localização de imóveis
- Licença comercial
- Lixo
- Ruído
- Segurança
- Transporte
- ...

Terrenos perto de corredores viram alvo de construtoras

31/08/2014 - 01h30 | DANIEL VASQUES
DE SÃO PAULO

[f Compartilhar](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e-mail](#) [link](#) 0 [Ouvir o texto](#)

A aprovação do Plano Diretor provocou uma corrida das incorporadoras em busca de terrenos e as áreas mais buscadas são aquelas situadas na região dos corredores.

Nesses locais será possível construir os maiores prédios, com área equivalente a até quatro vezes o tamanho do terreno (ver quadro ao lado).

[Novo Plano Diretor de SP deve mudar oferta de lançamentos](#)

Apesar de os eixos de transporte público se espalharem pela cidade, os locais mais disputados, em sua maioria, estão na zona sul, ao redor da linha 1-azul do metrô e na área de ampliação da linha 5-lilás.

Celso Petrucci, economista-chefe do Secovi-SP, diz que os terrenos no entorno do metrô Vila Mariana, por exemplo, subiram de preço em razão do Plano Diretor.

A incorporadora You já tem dois projetos protocolados na região da Vila Mariana e da Vila Clementino, na zona sul.

Segundo a diretora de incorporação, Alessandra Calefo, o perfil deverá ser compacto e de uma vaga na garagem por imóvel.

Essa configuração atende à proposta do plano que estimula o adensamento nos eixos, mas não a construção de imóveis grandes com muitas vagas de garagem.

Outro ponto de atração para as empresas são os bairros do Brooklin, Chácara Santo Antônio e Santo Amaro, segundo João Henrique, diretor da imobiliária Lopes.



Luiz Carlos Murauskas-17.jul.2014/Folhapress

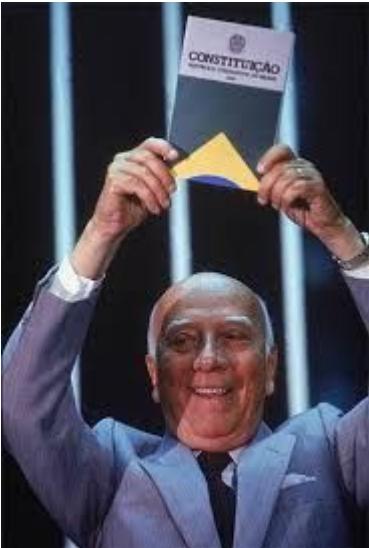
Região da Vila Mariana, próximo das ruas Domingos de Moraes e Vergueiro, deve atrair prédios altos



Just follow the money

BACK TO THE FUTURE

1988



1989



1992

FOLHA DE S.PAULO

Revista de Redação: Otávio Faria Filho | São Paulo, quarta-feira, 30 de setembro de 1992 | Um jornal a serviço do Brasil | ANO 72 | N° 23.109 | Al. Barão de Linhares, 425 | CEP 4.000-0000

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje



Fernando Henrique Collor de Mello, 43, está afastado da Presidência da República. Em decisão inédita, a Câmara dos Deputados votou, por 324 a 161, o processo de impeachment por 441 votos a 38. Há seis meses, o Congresso havia rejeitado o impeachment por 327 votos a 285. Collor deve deixar o cargo no dia 1º de outubro, quando é feita a notificação da instauração do julgamento no Senado. O vice-presidente, Itamar Franco, 52, assume automaticamente o comando do governo.

Augusto Cesar Franco, 52, assume automaticamente o comando do governo.

A votação começou às 17h15. Os 326 votos necessários para o afastamento foram obtidos com 324 votos a favor e 161 votos contra. O deputado Augusto Cesar Franco, 52, assumiu automaticamente o comando do governo.

Na saída da Câmara, o presidente Fernando Henrique Collor de Mello, 43, abraçou seu filho, o deputado Fernando Henrique, 18, e seu irmão, o deputado Nivaldo da Bahia, a bordo de um carro que levava os parlamentares para o Palácio do Planalto. O deputado Fernando Henrique, 18, preferiu se esconder e não dar entrevistas à imprensa. Ele e outros deputados que votaram a favor do impeachment, como o deputado Augusto Cesar Franco, 52, e o deputado José Genoino, 38, disseram que pretendem entregar a sua carta de impeachment ao presidente do Senado, que deve ser lida e votada na sessão de abertura da votação.

Os 180 deputados que votaram a favor do impeachment de Collor, que setou a destituição do presidente, ficaram de mãos dadas e aplaudiram a vitória. O deputado Fernando Henrique Collor de Mello, 43, ficou emocionado e abraçou seu filho, o deputado Fernando Henrique, 18, e seu irmão, o deputado Nivaldo da Bahia, a bordo de um carro que levava os parlamentares para o Palácio do Planalto. O deputado Fernando Henrique, 18, preferiu se esconder e não dar entrevistas à imprensa. Ele e outros deputados que votaram a favor do impeachment, como o deputado Augusto Cesar Franco, 52, e o deputado José Genoino, 38, disseram que pretendem entregar a sua carta de impeachment ao presidente do Senado, que deve ser lida e votada na sessão de abertura da votação.

BACK TO THE FUTURE

1993

Lei muda as contribuições

Da Sucursal de Brasília

De acordo com a nova legislação eleitoral, pessoas físicas interessadas em fazer doações para campanhas podem contribuir com até 10% do valor de seus rendimentos brutos. O percentual permitido às empresas (pessoas jurídicas) corresponde a 2% do faturamento de 93. Nesse caso, as doações não vão poder ultrapassar 300 mil Ufis (CRS 12,6 milhões).

Toda a movimentação financeira feita para campanhas no próximo ano será analisada pela Justiça Eleitoral. Os comitês financeiros dos 35 partidos que disputam as eleições vão ter que prestar

contas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Extratos bancários de contas abertas com recursos de campanhas e cheques de colaboradores vão ser exigidos. A documentação vai ficar à disposição do TSE por cinco anos.

A lei determina ainda que os partidos tenham contas específicas para registrar essas movimentações. Cada partido tem cinco dias depois da escolha de seus candidatos para arrecadar verba e aplicá-la nas campanhas.

As sobras também devem ser declaradas. O montante fica depositado na conta do partido até o final do prazo de impugnação. Depois é liberado.

1995

Partidos recuam e alteram pontos polêmicos do projeto

Políticos não mais poderão imprimir propaganda em gráficas oficiais

DANIEL BRAMATTI
AUGUSTO GAZIN
Da Sucursal de Brasília

The image shows two columns of text from newspaper editorials. The left column is titled 'Editoria de Arte/Folha Imagens' and the right column is also titled 'Editoria de Arte/Folha Imagens'. Both columns discuss changes in electoral laws regarding campaign financing.

Editoria de Arte/Folha Imagens

O que foi mudado pelos líderes

Limite de doações

O limite para doações de empresas foi reduzido de 2% para 1% da receita bruta anual. Os candidatos a vereador e deputado estadual só podem fazer doação superior a 2% da receita anual de impostos dos municípios. PT e PSDB deliberaram limites de R\$ 100 mil e R\$ 227 mil, respectivamente, mas foram derrotados

Uso da máquina

Foi incluída regras que proíbem o uso de gráficas oficiais na impressão de propaganda eleitoral. O envio de jornais e correspondências ficas permitido

Indicação de mesários

Depois das pressões da Justiça Eleitoral, os partidos aceitaram o artigo que permite as indicações de mesários pelas partidas políticas

No que pode haver destaque

Financiamento

O texto prevê que os financiadores

Pontos de consenso

Horário gratuito

Na TV será exibido diariamente

Pressionados pela Justiça e pela opinião pública, os representantes dos grandes partidos recuaram e decidiram alterar os pontos polêmicos do projeto da lei que regulamentará as eleições de 1996. Com as mudanças, a votação da proposta acabou sendo adiada para hoje.

Reunidos por mais de cinco horas, os líderes decidiram proibir a impressão de propaganda eleitoral em gráficas oficiais e reduzir o limite de doações de empresas, de 2% para 1% da receita bruta anual.

Também foi eliminado o dispositivo que permitiu aos partidos indicar os integrantes das mesas receptoras de votos. O artigo era o principal alvo das críticas da Justiça Eleitoral, que atualmente é a responsável pela convocação dos meios de mídia nas eleições.

BACK TO THE FUTURE

1995

eleição s/a

Domingo, 8 de outubro de 1995 Especial 1

Folha revela como empreiteiras e bancos financiam o jogo eleitoral

OS MAJORES FINANCIADORES

EM 13 ESTADOS

Governador/Assembleia Geralizada	
Grupão Odebrecht**	R\$ 1.399.516
Jesualdo Ferreira	R\$ 1.399.516
Bredtista	R\$ 1.399.516
Inti	R\$ 1.399.516
Conselho Consultivo Universitário	R\$ 1.399.516
Casa	R\$ 2.865.151
Grupão Cunha**	R\$ 2.863.968
Grupão Ribeirão Preto**	R\$ 2.863.968
Brasil Consultoria e Assessoria	R\$ 2.863.968
Reino Econômico	R\$ 2.863.968
World Participações Ltda, nome de grupo da destruição	R\$ 2.863.968
Mendes Júnior	R\$ 2.863.968
Colin	R\$ 1.240.729
Investimento Industrial	R\$ 1.233.965
Via Sanguária (Gerdau)	R\$ 1.233.965
Centro Universitário	R\$ 1.198.169
Ubáfrica	R\$ 1.198.169
Grupão Cardoso	R\$ 9.610.000
Cia. Sistema de Peças e Colchões	R\$ 9.610.000
Barro Bruto	R\$ 773.483
Banco Mercantil de Desenvolvimento	R\$ 624.549

Da Somar de Brasília

A contabilidade da campanha eleitoral de 1994, em 13 dos 27 Estados, compõe-va que o poder econômico, no mínimo, condiciona as disputas no país. O levantamento obtido pela Folha é inédito. Foi extraído dos computadores do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

E a primeira vez na história política do Brasil em que se expõe o mapa das doações eleitorais. Os dados, obtidos com exclusividade pela Folha, mostram os subterfúgios do relacionamento financeiro entre empresas e políticos.

Os números expostos neste caderno referem-se a São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Piauí. Nesses Estados, só a campanha de deputados, senadores e governadores eletos custou R\$ 91,4 milhões. Um ano após a eleição, os números referentes aos outros 14 Estados ainda não foram encaminhados à Estadística pelos tribunais.

A doce campanha que teve a consubstancialidade fechada em todo o país é a de presidente da República. A eleição de Fernando Henrique Cardoso consumiu R\$ 33 milhões. Somados aos gastos parciais do Congresso e governos, o custo da campanha dos eleitos chega a R\$ 125 milhões.

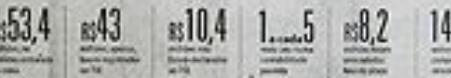
2000

RELEIÇÃO

Documento secreto revela doações não registradas para campanha de FHC

*Planilha eletrônica obtida pela Folha informa que R\$ 10,120 milhões não foram declarados ao TSE

* Ministro Andrea Matarazzo doou R\$ 3 milhões para a contabilidade paralela, segundo documentos



JOHN A. BELACK
PRINCIPAL INVESTIGATOR
SANTA FE INSTITUTE
SANTA FE, NM 87501

"We developed a model to predict the probability of being infected with H1N1 influenza given the person's previous flu history, which were not just from their doctor, physician, family, friends, or coworkers. You can take action to protect yourself," says Dr. Jennifer Dill, director of the CDC's National Center for Immunization and Respiratory Diseases.

da competição. Neste sentido, elas se tornaram uma importante fonte de inspiração para os atletas que lutam por resultados melhores. Acredito que é fundamental que os atletas saibam que existem pessoas que apoiam e incentivam seu trabalho, mesmo quando as coisas não estão indo bem. Isso pode ser uma grande fonte de motivação e ajuda a manter o foco no objetivo final.



2003

JUSTIÇA ELEITORAL

Eleição custou R\$ 830 milhões aos candidatos

Pela primeira vez, a Justiça Eleitoral publica as doações recebidas pelos candidatos, na eleição de 2002

2004

Partidos usam brecha para esconder doação eleitoral

Dinheiro de empresas vai para as legendas e depois é direcionado para as campanhas

RUBENS VALENTE
CÁTIA SEABRA
CHICO DE GOIS

DAREPORTAGEM/LOCAL

GUILHERME BAHIA
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Pelo menos R\$ 20,5 milhões foram doados ao PSDB e ao PT por empresários durante as últimas duas campanhas eleitorais, em 2002 e 2000, mas os nomes dos doadores não foram registrados nas contas dos candidatos e dos comitês financeiros.

As doações foram feitas diretamente aos diretórios, que dos caixas únicos pulverizaram os recursos em dezenas de contas de comitês e candidatos, aproveitando uma brecha na legislação.

O valor representa cerca de 62% do total declarado pelos candidatos presidenciais de 2002 Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB).

Assim, esse grupo de doadores não aparece nas contas dos candidatos entregues à Justiça Eleitoral,

DOAÇÕES PARTIDÁRIAS



Vista de sede do PSDB na capital paulista

PERÍODO DE 01/01/2002 A 01/12/2002	07-EXASS001 23/04/2003	FISI 4448
EMPRESAS: 461		PARTIDA SOCIAL, SOC. ESASILEIRA-023-360
Data: 11/01/2003 C/Partida Histórica		Sítios
		Creditos
Contas: 36189462299.1 TRANSF. ESTUDADA - A CANDIT.		
25/04 444124 5118269910 TRAF. CT. DI.1952 AO CAND. MAURICIO 010		
O. SP. GERALDO ALCKMIN 600.000,00 600.000,00		
Saldo M.terior: 649.999,99		

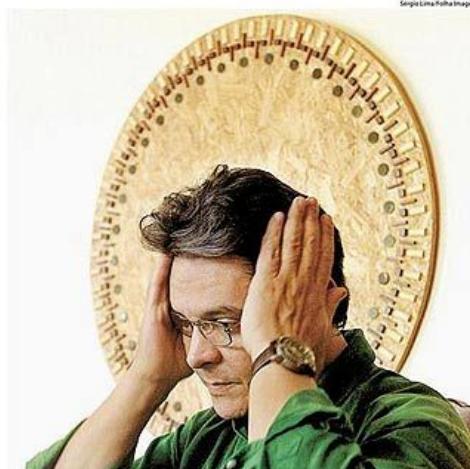
BACK TO THE FUTURE

2005

EXCLUSIVO

PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson

Presidente do PTB afirma que avisou ministros, mas que esquema de compra de apoio só parou após conversa com Lula



Pesquisa vê queda no otimismo econômico

Assessoria - 1986 / Agência Brasil / Divulgação

RENAZO PRÊTE
EDITORA DO PAÍS

Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, afirma em entrevista exclusiva que o tesoureiro do PT, Delcio Soárez, pagava um "mensalão" a parlamentares em troca de apoio no Congresso. Eram dia, R\$ 30 mil mensais entregues a representantes do PP e do PL, pelo menos até janeiro.

O deputado, da base aliada do governo, afirma que contou sobre a mesada a ministros, como José Dirceu (Casa Civil) e Antônio Palocci (Fazenda), no ano passado, mas que a prática teria continuado. Diz que procurou, então, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início do ano. Segundo Jefferson, Lula chorou ao ser informado. A partir daí, afirma, o "mensalão" acabou.

Brasil

Jefferson diz que a mesada era tática do partido. "É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder."

O deputado é acusado de envolvimento em suposto esquema de corrupção nos Correios e no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), estatutário que tem indicados de seu partido em seus quadros principais.

As acusações levaram a pedido de CPI que o governo quer enterrar. O deputado, que já atacou a abertura da comissão, agora afirma ser a favor.

Questionado sobre por que mudou de idéia, disse que o governo agiu para isolar o PTB. "Vai ter que sangrar a cabeça de alguém na guilhotina, tem que haver carne e sangue aos chás. Estou percebendo que estão evitando o quartelão, o PTB está ficando isolado para ser explodido."

Brasil

2010

Senado aprova ficha limpa, mas aplicação gera dúvida

Emenda à lei proíbe candidatura de políticos que forem condenados após sanção da lei

Alteração proposta pelo senador Francisco Dornelles foi considerada apenas de redação, mas deputados veem mudança de conteúdo

NOELI MENEZES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem por unanimidade o projeto ficha limpa, que impede a candidatura de pessoas com condenação na Justiça por um colegiado (mais de um juiz). Esta é a maior emenda ao texto aprovado na Câmara gerou polêmica sobre a abrangência da nova lei. A proposta vai à sanção de Lula.

Uma "emenda de redação" do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) alterou os tempos verbais em cinco artigos e causou dúvida sobre o alcance da lei para processos atuais.

A alteração fala em políticos que "forem condenados em de-

FICHA LIMPA APROVADO

Senado aprova por unanimidade texto de iniciativa popular que teve 1,6 milhão de assinaturas

COMO ERA

Podiam se candidatar os que não tinham condenação definitiva

Registro da candidatura

Três anos após o fim da pena

Tempo de inelegibilidade

Incluir na lista:
» estupro
» homicídios
» contra meio ambiente (pena maior de dois anos)
» contra saúde pública

COMO FICA

Ficam impedidos os condenados por decisão colegiada (tomada por mais de um juiz)

Oito anos posteriores ao término da pena

ANÁLISE
Proposta torna efetivo princípio da moralidade

ALEXIS VARGAS
ESPECIAL PARA A FOLHA

A Constituição Federal estabelece, em capítulo sobre os direitos políticos, condições para que os cidadãos possam se candidatar a cargos eleitos. Algumas são limitações ao direito de se candidatar, como a vedação à disputa do presidente Lula pelo terceiro mandato. A elas chamamos de inelegibilidades.

O legislador pode criar outras inelegibilidades a fim de proteger, dentre outros, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato".



2012

Governo corre para se adaptar a nova lei

Regra que obriga o poder público a fornecer informações solicitadas pelos cidadãos entra em vigor na quarta-feira

Até a sexta, só 23% de 52 órgãos consultados haviam criado local próprio para receber os pedidos da população

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A três dias da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, ministérios, órgãos e estatais correm para colocar em funcionamento as salas de atendimento ao público, uma exigência legal.

A lei, sancionada em 18 de novembro do ano passado, regulamenta o acesso a informações públicas e sigilosas. A partir de quarta, quando ela entra em vigor, os órgãos terão prazos definidos para responder aos pedidos, e o servidor que desrespeitar a lei pode ser punido — pode até sofrer o processo por improdutividade administrativa.

Os efeitos da lei se estendem aos três Poderes da União, Estados e municípios.

Segundo a lei, os órgãos devem colocar em funcionamento os SICs (Serviços de Informações ao Cidadão), que devem ter "condições apropriadas" para acolher os pedidos e orientar o público sobre o acesso a informações. De acordo com o governo,

nhar os pedidos e receber as respostas e os alertas sobre os prazos dos recursos dos pedidos indeferidos. O sistema, batizado de "e-SIC", deverá entrar no ar no dia 16, hospedado no site da CGU (Controladoria Geral da União) na internet.

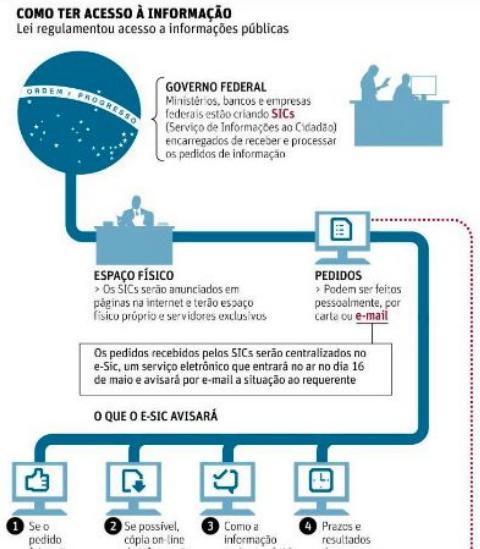
"SENSIBILIZAÇÃO"

Coube à diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Lúcia Ribeiro Vieira, o papel mais direto de acompanhar e orientar, no âmbito dos ministérios, fundações e autarquias federais, as medidas para cumprimento da lei.

O chefe da CGU, Jorge Hage, já afirmou em entrevistas considerar que a preparação de Estados e municípios para aplicar a lei é bem mais precária e preocupante.

Vânia reconhece que tudo será intitulado se não houver uma "cultura da transparência"; daí a "cultura do sentido" para a "cultura da transpargência". Se os pedidos começarem a ser indeferidos de forma indiscriminada, os órgãos serão arrastados a longas discussões judiciais.

"Não se faz da noite para o dia, é uma questão cultural", disse Vânia, quem o exemplo deve vir de cima. Em vários ministérios, os ministros compareceram às palestras. A CGU diz ter feito



TSE coloca na internet os doadores de todos os candidatos deste ano

26/08/12 - 12:22
POR MARCELO SOARES





2015

≡ MENU

G1

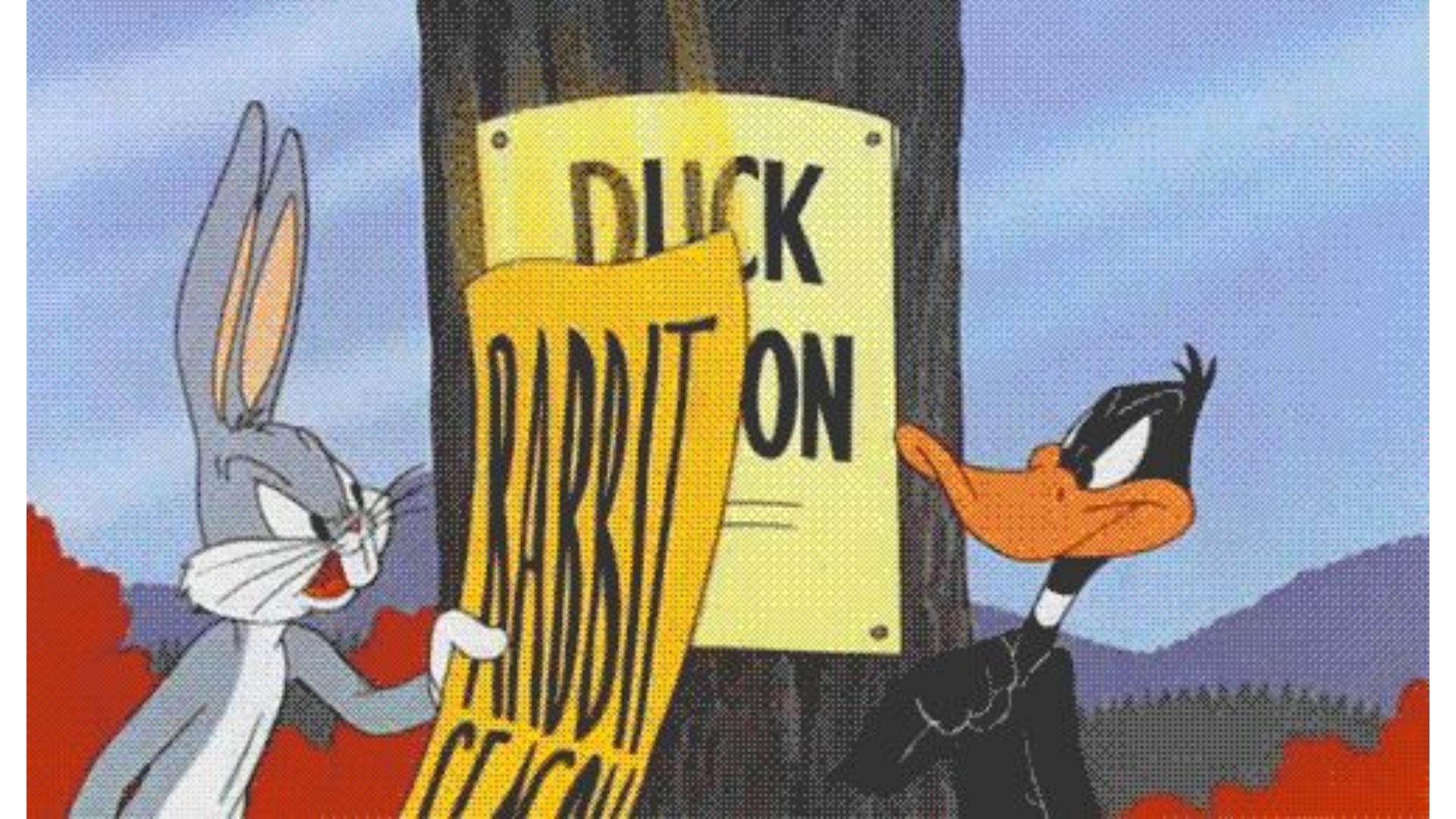
POLÍTICA

17/09/2015 17h15 - Atualizado em 17/09/2015 21h57

Supremo proíbe doação de empresas para campanhas eleitorais

Dos 11 ministros, 8 entenderam que contribuição contraria Constituição. Dilma terá de decidir se veta ou sanciona lei que libera doação a partidos.





DUCK
DADDIT ON
RABBIT
CIRCUS



A sociedade pediu. A CGU concedeu

CGU libera acesso à base de dados de CNPJ da RFB

Data de publicação 04/12/2018 14:08

Decisões da CGU em outubro e novembro de 2018 reiteram a natureza pública da base de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, mantido pela Secretaria da Receita Federal

Dois pedidos de [acesso à informação](#) que solicitavam a base de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas subiram à [CGU](#) recentemente por meio de recursos interpostos pelos requerentes devido às reiteradas negativas de acesso proferidas pela [Receita Federal](#). Em ambos os casos, e como já havia feito em ocasiões anteriores, a Receita alegava que a extração de tais dados junto à sua base não estava abarcada nos custos regulares do contrato mantido junto ao [Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO](#) –, empresa pública que atua na prestação de serviços de tecnologia para o Governo federal. Deste modo, o atendimento a tais solicitações levaria a custos extraordinários no contrato.

Em sua decisão, a CGU considerou que os dados solicitados tinham natureza pública, visto que haveria, inclusive, regulamentação própria da Receita para a sua divulgação a terceiros. Já com relação aos custos adicionais do contrato para o atendimento dos pedidos, a CGU utilizou como parâmetro contrato próprio (Contrato nº 107/2016), firmado com o SERPRO, no qual consta a execução de rotina mensal da base incremental de CNPJ da SRF, podendo ser solicitado à RFB, sempre que necessário e motivadamente, a extração completa da base. Nesse sentido, o parecer que motivou ambas decisões, concluiu que o Serpro realiza extrações mensais da base do CNPJ e possui uma estrutura tecnológica para a transferência dos dados via internet, sendo que os custos relacionados à extração de dados, à disponibilização por meio de ferramenta de transferência de dados, bem como à sustentabilidade de seus sistemas informatizados já estão sendo remunerados.

Desta forma, a CGU determinou que a Receita Federal a fim de que fosse entregue o arquivo mais atualizado da extração feita pelo Serpro, com descaracterização do CPF dos sócios constantes no [Quadro de Sócios Administradores](#), conforme orientação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias ([Lei nº 13.473, de 2017](#)).

Em declaração dada à [Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraj](#), um dos solicitantes, o cientista político [Álvaro Justen](#), resume a decisão como “uma vitória do cidadão em relação à questão de dados abertos, porque a gente já estava trabalhando há um tempo, entrando com recurso e tudo mais. E também uma vitória do regime democrático, já que a CGU está funcionando e cobrando os órgãos”.

Que bases podemos usar?



Repositório de dados eleitorais

The screenshot shows the homepage of the Eleitoral Data Repository. The main title "Repositório de dados eleitorais" is at the top, with a background image of a hand typing on a keyboard. Below the title is a navigation bar with years from 1996 to 2018. A sidebar on the left lists categories: Candidatos, Comparecimento e Abstenção, Eleitorado, Partidos, Pesquisas eleitorais, Prestação de contas eleitorais (which is highlighted with a green background), Prestação de contas partidárias, Processual, and Resultados. The central content area shows the "Prestação de contas eleitorais" section, which includes a breadcrumb trail ("página inicial > Prestação de contas") and a sub-section titled "Nesta seção, constam os arquivos de prestação de contas (receitas e despesas de campanha) de candidatos, de partidos e de comitês. A prestação de contas em meio digital está disponível somente a partir de 2002.".





Datasets relevantes

- **Candidatos:** eleitos e não eleitos, uma linha por turno em cada eleição, indicando inclusive gênero, raça/cor, escolaridade e
- **Bens de candidatos:** não dá o nome, mas tem o identificador do candidato que cruza com a nominata
- **Prestação de contas de candidatos:** dá o nome e o CPF do doador para cada candidato; desde 2016, quando vem CNPJ é porque a doação veio de algum comitê de campanha
- **Resultados:** votação nominal por município e zona dá os votos inclusive por área da cidade



CNPJs: brasil.io



Sócios das Empresas Brasileiras

Quadros societários e de administradores das pessoas jurídicas brasileiras.

Fonte original: [Receita Federal do Brasil](#)

Liberado por: [Álvaro Justen](#)

Código-fonte: <https://github.com/turicas/socios-brasil>

Licença: Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA 4.0)

Links relacionados: [Dicionário de dados da qualificação dos sócios, Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#)

Tabelas: [empresas](#), [holdings](#), [socios](#).

DADOS

Filtros

Busca

Nome/Razão Social do Sócio

Tipo de Sócio

Todos

Qualificação do Sócio

Todos

FILTRAR

Dados capturados em 13 de Agosto de 2018.





Datasets relevantes

- **Empresas:** dados básicos das empresas, conforme registrados na Receita Federal
 - `cnpj` (chave para cruzar com outras bases),
 - `razao_social` (nome da empresa)
 - `situacao_cadastral` (ativa ou fechada)
 - `cnae_fiscal` (código de atividade)
 - `nome_cidade_exterior` (coluna inútil, desconsidere)
- **Sócios:** pessoas físicas e jurídicas que têm participação nas empresas.
 - `cnpj` (da empresa de que é sócio)
 - `nome_socio` (nome da pessoa)
 - `cnpj_cpf_do_socio` (CPFs são mascarados, CNPJs não)
 - `nomeRepresentanteLegal` (quando é empresa)
- **Atenção:** são 18 GB de dados



Câmara Municipal: dados abertos

INÍCIO » TRANSPARÊNCIA » DADOS ABERTOS » DADOS DISPONIBILIZADOS EM FORMATO ABERTO

DADOS DISPONIBILIZADOS EM FORMATO ABERTO

Atividade legislativa

[SPLegis – Sistema do Processo Legislativo](#)

(link para a lista de métodos do web service)

[Presença de Vereadores em Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias](#)

(na página de Presenças, selecione a data e depois clique em "Baixar arquivo em padrão de dados abertos (XML)"; o procedimento é análogo ao se selecionar um mês ou uma sessão legislativa)

[Votações em Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias](#)

(na página de Votações, clique em "Baixar arquivo em padrão de dados abertos (XML)"; o arquivo contém os resultados acumulados por Sessão Legislativa [ano corrente])

[formato obsoleto [\(detalhes\)](#)] [Dados de vereadores \(vereança\)](#)

(dados de Vereança de 1948 a 2017 – para informações atualizadas, consulte o [SPLegis](#))

Projetos抗igos (1948 a 1991) que não constam do SPLegis

[Lista de Projetos](#) [\(detalhes\)](#)

[Projetos – Assuntos](#) [\(detalhes\)](#)

[Projetos – Autores](#) [\(detalhes\)](#)

Acervo de processos digitalizados da atividade legislativa

[Processos digitalizados](#)

Orçamento

[Orçamento do Município](#)

[Balancetes da Prefeitura](#)





Datasets relevantes

- **Votações em sessões plenárias e extraordinárias:** como votaram projetos específicos
- **SPLegis (API):** é possível verificar projetos apresentados e relatados
- **SisGV (API):** permite verificar gastos do gabinete



Macetes pra não se
perder



O que fazer com esses dados?

- Identificar as empresas dos doadores dos candidatos
- Saber quem são os sócios das empresas onde são feitos gastos públicos
- Checar se esses sócios doaram para campanhas
- Descobrir se esses sócios são funcionários de um gabinete
- Localizar conexões entre pessoas e empresas



Como cruzar pessoas?

- Nome + parte do CPF
 - TSE dá CPF inteiro: 00012345678
 - Receita Federal dá CPF mascarado por asteriscos: ***123456**
 - Há no mundo vários Joões da Silva
 - só um é João da Silva com CPF 00012345678
 - poucos são João da Silva com CPF ***123456**
 - menos ainda doaram; se bater, é alta a chance de ser



Como localizar o ramo das empresas?

- Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), classe e subclasse
 - Concla, do IBGE, permite pesquisar qual é o código de cada setor empresarial



Grato pela atenção!

MARCELO SOARES

marcelo@lagomdata.com.br